

O USO DA MILITÂNCIA POLÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS DE DEBATES FILOSÓFICOS NO BRASIL

*Daniela Maria Ferreira**

Resumo: O presente artigo examina o uso da militância política na constituição de espaços de debates filosóficos no Brasil, nas décadas de 70 e 80. Ele mostra, por meio da reconstituição da trajetória social de um conjunto de filósofos (dezessete), de que forma se constituíram os recursos sociais apreendidos na passagem pela militância política em movimentos de esquerda católica, como a Juventude Secundarista Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP), utilizados posteriormente na criação dos departamentos de Filosofia das principais universidades do país, de revistas especializadas, de associações e de programas de pós-graduação em Filosofia, sendo estes últimos os principais locais de produção filosófica no Brasil.

Palavras-chave: Militância política. Filósofos brasileiros. Associações de Filosofia.

Abstract: The current paper analyses the political militancy use in the construction of philosophical spaces in Brazil, in the seventies and eighties. It shows, through the social trajectory reconstitution of a group of philosophers (17), the way social resources were retained during the passage through the political militancy in movements of the left catholic, as the Juventude Secundarista Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) and the Ação Popular (AP), used later on the creation of the philosophy departments in the main national universities, specialized magazines, associations, and post-graduation programs in philosophy, the last ones being the most important places of philosophical production in Brazil.

Keywords: Politics militancy. Brazilian philosophers. Philosophy associations.

INTRODUÇÃO

A relação entre militância política e Filosofia no Brasil não é um fato novo. Pelo contrário, tal relação aparece de maneira recorrente no livro *Conversas com Filósofos Brasileiros* de 2000, no qual a história da institucionalização da Filosofia no Brasil é narrada com base em dezesseis entre-

* Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

vistas com filósofos ainda atuantes na área. Praticamente todos os entrevistados referem-se à militância política como uma passagem importante na aquisição de determinados saberes práticos e teóricos para seus investimentos posteriores na Filosofia, seja a escolha pelo curso de Filosofia, seja os objetos de estudos, o lugar de formação, entre outros. A associação entre militância política e Filosofia no Brasil foi também enfatizada por Ricardo Musse, sociólogo da USP, que intitula um dos tópicos de seu artigo publicado na Folha de São Paulo de *Da militância política à Filosofia*. Criticando severamente a escolha dos entrevistados e a grade de questões aplicadas aos filósofos entrevistados, Ricardo Musse ensaia algumas respostas para a seguinte questão: O que teria levado os filósofos das gerações de 50 e 60, apontados como os precursores da Filosofia universitária no Brasil, passarem do militantismo político para a Filosofia? Segundo o autor, essa relação se constitui no universo cultural brasileiro devido: 1º) à ausência de dispositivo institucional na década de 50, dando a entender, dessa forma, que a não existência de normas advindas do universo universitário favorecia uma relação heterônoma entre a prática da Filosofia e o militantismo político e 2º) à intensificação da divisão do trabalho intelectual, o que, segundo o autor, teria favorecido “os militantes brasileiros a oportunidade de fazer da institucionalização da Filosofia (logo, da despolitização do trabalho universitário) seu programa de vida.” (MUSSE, 2001, p. 4). Deixando de lado as críticas ao posicionamento político dos filósofos brasileiros responsáveis pela criação de espaços de debates filosóficos Brasil, mas tomando a passagem pela militância política como um espaço de socialização importante na formação do capital filosófico dos filósofos brasileiros, este artigo procura mostrar de que maneira a Filosofia tornou-se para boa parte dos fundadores das associações de Filosofia no Brasil, nas décadas de 70 e 80, uma espécie de continuidade da militância política.

Para abordar o tema é preciso, antes de mais nada, apontar os critérios de escolha da população entrevistada para a realização da pesquisa, o que permite, entre outros fatores, vislumbrar o método utilizado para construir as indagações que sustentam este trabalho. Assim, o principal critério para as entrevistas realizadas entre os anos de 2003 e 2004 foi a participação dos agentes na criação ou na manutenção de associações de Filosofia no Brasil. Essa condição fundamenta-se na idéia defendida e utilizada por Christophe Charles, em sua pesquisa sobre o nascimento do intelectual na França, na qual chama a atenção para a importância de se articularem os indivíduos que têm objetivos e fins comuns como grupo, evitando enxergá-los apenas como seres individuais (CHARLES, 1989, p. 20). Assim, para pensar a formação do espaço da Filosofia no Brasil, foi determinada uma amostra de dezessete agentes que estiveram atrelados à história da criação das duas principais associações de Filosofia, fundadas no período já citado. São elas: a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), criada

em 1975, durante o período da ditadura militar, e a Associação Nacional de Pós-graduação de Filosofia no Brasil (ANPOF), criada em 1983, no período de forte investimento das principais agências de fomento à pesquisa universitária no país. A escolha dessas duas associações também esteve ligada ao fato de se terem nesses espaços desenvolvidos discussões acerca do que deveria ser Filosofia ou uma prática legítima em Filosofia no Brasil (NOBRE; REGO, 2001).¹

Por outro lado, o que mais chamou atenção nas entrevistas, que visaram apreender os recursos sociais dos filósofos, foi a passagem por uma militância política ligada a redes institucionais e sociais da Igreja Católica. Praticamente mais da metade dos entrevistados (pelo menos onze dos dezessete) militou em movimentos de juventude católica - como a Juventude Secundária Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) - e em partidos políticos de origem católica - Ação Popular (AP).

A passagem desses filósofos pela JEC, JUC e mesmo pela AP, ajuda a pensar sobre os usos que a experiência de participação nesses movimentos teria proporcionado na carreira futura de cada um deles. Permitiria, ainda, determinar um tipo específico de militante católico e o efeito causado pela militância nesses movimentos. Entretanto, estabelecer variáveis a respeito de tal classificação exigiria uma comparação exaustiva entre as trajetórias daqueles que ingressaram na política e as trajetórias dos que investiram em um projeto intelectual. Por essa razão, dentro do que interessa neste trabalho, procurou-se estabelecer somente as variáveis capazes de contribuir para pensar a relação entre a militância política e o exercício da Filosofia. Foi o que possibilitou a compreensão da relação existente entre esses ex-militantes e suas respectivas atuações no campo filosófico.

Este artigo está dividido em duas partes: na primeira apresenta-se uma caracterização social dos agentes entrevistados, mostrando, desse modo, que a aplicação dos saberes adquiridos na militância política na formação do campo filosófico não deve ser reduzida a uma relação direta e automática, mas é, sim, o resultado de “investimentos sociais múltiplos”, para o qual o peso do capital familiar (cultural e financeiro) foi fundamental; a segunda especifica os recursos teóricos e práticos socializados durante a passagem pelo militantismo, mostrando, dessa forma, as semelhanças entre as atividades desenvolvidas na militância política e aquelas necessárias e adaptadas à organização dos espaços de debates filosóficos desenvolvidos durante as décadas de 70 e 80, como, por exemplo, a SEAF e a ANPOF.

¹ A Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), criada em 1975, funcionou como um espaço de aglutinação para vários filósofos na década de 70, muitos destes, afastados das universidades após a AI-5 em 1968. Ao contrário da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF), a Sociedade teve por objetivo a criação de um lugar de resistência à ditadura militar e à socialização entre os filósofos de diferentes origens sociais. Já a ANPOF, foi criada no momento de redemocratização do país, contando com forte financiamento por parte do Estado, através das agências de fomento a Pesquisa no Brasil, CNPq e CAPES. Esta Associação, criada em 1983, foi fundamental para garantir autonomia profissional para os professores e estudantes de Filosofia alocados nos programas de graduação e Pós-graduação em Filosofia do país.

CAPITAL FAMILIAR, ESCOLARIZAÇÃO E RECRUTAMENTO MILITANTE

O levantamento de dados sobre o recrutamento para os movimentos de juventude católica dos entrevistados mostrou que a grande maioria dos ex-militantes católicos tiveram seu primeiro contato com esses movimentos entre os dezesseis e dezoito anos, período marcado pelo curso ginásial, isto é, durante a escolarização secundária. As informações revelam também que, com exceção de dois filósofos que estabeleceram contato com a militância política via seminário religioso, as escolas (públicas e privadas) em que foram recrutados os filósofos têm como característica comum a formação da elite intelectual, como é o caso do antigo Ginásio Estadual, colégio conhecido pela formação de intelectuais e políticos brasileiros importantes, como o Ministro da Educação Gustavo Capanema e do poeta Carlos Drummond de Andrade, e o colégio Marconi, ambos de Belo Horizonte.² Oriundos de famílias extremamente católicas, os entrevistados contaram com o capital econômico e cultural de sua família (medido aqui pelo nível de escolaridade dos pais e parentes: filhos de juristas, de profissionais liberais e de detentores de diplomas secundários ou universitários, tios religiosos formados em Teologia e Filosofia) para ingressarem nessas escolas, locais privilegiados de atuação dos movimentos especializados da Ação Católica Brasileira,³ como a JEC e a JUC⁴

² Além dos grandes colégios públicos, como o antigo Ginásio Estadual de Belo Horizonte² – onde estudou grande parte dos entrevistados, entre eles um dos grandes líderes da JUC, Herbert José de Souza, o Betinho (Ridenti, 2002, p. 213-282) –, os movimentos especializados da Ação Católica, como a JEC e a JUC, se estendiam também a colégios privados de classe média, como o Colégio Marconi, onde estudou o irmão de Betinho, Henfil, colega de classe de Hugo César Tavares e Walter Evangelista, ambos respectivamente professores da PUC-MG e da UFMG, membros fundadores da SEAF e, posteriormente, da ANPOF.

³ Esse movimento, criado em 1916 e somente institucionalizado em 1934 por Dom Leme, tinha como objetivo fundamental a “re Cristianização” da sociedade. Foi, sobretudo, a partir da década de 40 que as ações da Igreja passaram a se dar junto às universidades e aos colégios secundários católicos e públicos, assim como nos meios operário e rural no Brasil. Esse investimento obedecia, de fato, ao conjunto de orientações dadas à hierarquia da Igreja Católica brasileira pelo Vaticano durante o papado de Pio XII (1939-1958) e João XXIII (1958 -1963), que davam continuidade, de certa forma, à encíclica do Papa Pio XI (1922-1939) – a *Divini Redemptoris*, escrita em 1937 –, que versava exclusivamente sobre o perigo da expansão do comunismo no mundo. As orientações da Igreja, preocupada com o avanço dos movimentos populares e comunistas no mundo, são, no Brasil, correlatas a uma série de agitações sociais, como aquelas organizadas pelas primeiras ligas camponesas no Nordeste, pelos crescentes movimentos sindicalistas, bem como pelo movimento estudantil. Esses movimentos foram de encontro a uma política estatal desenvolvimentista que, associada ao capital estrangeiro, serviu de base de sustentação ao governo de Juscelino Kubitschek. No plano educacional, essa política formulava a tese de que a educação era instrumento de desenvolvimento social e, portanto, ponto de partida para que qualquer ação humana se desenvolvesse com clareza. Grande parte dos estudantes secundaristas, sem vislumbrar chance de acesso aos estudos superiores, se aliou na época aos diversos movimentos de estudantes contra essa política. Os setores da Igreja Católica que assumiram a missão de combater o comunismo investindo nos espaços estudantis, rurais e operários, o fizeram por meio da Ação Católica. Utilizaram três organismos especializados, criados para a condução de suas atividades: a Juventude Estudantil Católica (JEC) – no meio secundarista; a Juventude Operária Católica (JOC) – no meio operário e a Juventude Universitária Católica (JUC) – formado por estudantes de nível superior.

⁴ Como afirma Marcelo Ridenti, baseado nos depoimentos que colheu para seu artigo sobre a formação da AP, “a JUC e de modo geral a Ação Católica brasileira dividem-se, ao longo dos anos 50, em duas tendências divergentes: a dos discípulos de Maritain, que se tornarão democratas-cristãos, e aquela dos discípulos de Lebreton

Esse mesmo fato foi observado por Marcelo Ridenti, em sua pesquisa sobre a base social dos partidos políticos de esquerda das décadas de 50 e 60. Ao estabelecer uma morfologia social dos membros dos partidos de esquerda, partidos que fincavam suas bases no movimento de juventude católica, Ridenti afirma que apenas 4,2% eram filhos de lavradores e 13,7% de trabalhadores manuais urbanos. Esses números reiteram as evidências de que os espaços nos quais os religiosos à frente da Ação Católica atuavam eram predominantemente oriundos de uma classe média escolarizada, destinada aos estudos universitários (RIDENTI, 1993).

Hugo César da Silva Tavares, filho de proprietário de fazenda, contou com a ajuda financeira de seus pais para se manter na capital mineira, no Colégio Marconi, onde foi recrutado aos quinze anos de idade. No relato desse ex-militante católico, professor de Filosofia aposentado da UFMG e membro fundador da SEAF, é possível observar algumas das estratégias arquitetadas pelos religiosos no momento do recrutamento de seus militantes. Nesse relato, ele explicita os argumentos e a escolha dos estudantes mais visados pela Igreja. Considerados os mais “espertos”, esses estudantes de colégios públicos de elite de Belo Horizonte eram frequentemente confrontados com a situação social em que viviam, o que era considerado pela Igreja Católica algo passível de promover a interação e trazer esses jovens para o movimento.

[...] eram pequenos núcleos [...] pegavam os que eram mais espertos e faziam assédio, até fisgar. Eles (os religiosos dominicanos) eram mais fortes nas escolas leigas e municipais e estaduais. Era aí que eles tinham os grupos mais fervorosos [...] Eles diziam, “o pessoal está passando fome, vocês tão fazendo o que prá mudar isso?” chegavam assim e a gente queria interagir. Você sabe que o jovem é muito altruísta [...] Nós éramos muito jovens [...] era uma maneira de canalizar [...] e tinha a distribuição de riquezas. (Entrevista com Hugo César Tavares, realizada em 2004, cf. pesquisa de campo)

Além de Hugo César da Silva Tavares, também cursaram os Colégios Estadual e Marconi, em Belo Horizonte, e militaram juntos na JEC, os

Mounier, que tomará o caminho do socialismo” (2002, p. 234). A respeito do trabalho político e intelectual exercido por Lebreton, consultar Pelletier (1986, pp. 75-83; 1996). Segundo esse autor, os investimentos de Lebreton para realização do seu projeto intelectual e político estiveram, num primeiro momento, voltados para difusão do seu catolicismo social no meio da ação católica especializada, como a JOC, a JEC e a JUC. A partir de 1947, no entanto, passa a ter como eixo temático a elaboração de uma teoria sobre economia das necessidades e organização do território, o que leva Lebreton às discussões abordadas no campo científico e universitário sobre a teoria do desenvolvimento. Como ressalta Pelletier, a direção da revista *Economia e Humanismo, Desenvolvimento e Civilização*, bem como os livros *Suicídio e Sobrevivência do Ocidente* e *Dinâmica concreta do desenvolvimento* garantiram-lhe o reconhecimento da comunidade científica, confirmado pelo posto de pesquisador e depois de diretor do “Centre d’études des Complexes Sociaux”, em 1946. Várias obras de divulgação permitiram igualmente aumentar sua autoridade junto a um público não especializado, assim como a realização de seu curso sobre economia humana, na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, espaço de difusão e circulação de simpatizantes e militantes dos partidos de esquerda na época.

filósofos José Walter Evangelista, Guido Antônio de Almeida e José de Anchieta Corrêa, para os quais foram fundamentais as ajudas financeiras de seus pais e parentes, como o deslocamento de uma cidade a outra, as aulas de francês, recitais de poesias etc. Quando realizaram estudos de Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais todos os quatro participavam também da JUC.

De acordo com Raul Landim Filho, filho de advogado e mãe professora de francês, e Guido de Almeida, neto de grande proprietário de fazendas e filho de funcionário do Estado, seus familiares não pouparam esforços para lhes garantir uma educação escolar em espaços prestigiosos, como o semi-internato dos jesuítas no Rio de Janeiro, no caso de Raul Landim Filho, membro fundador da ANPOF, e as escolas privadas de línguas estrangeiras que Guido Antonio de Almeida, membro fundador da SEAF e ANPOF, frequentou ainda adolescente.

Assim, conhecer o modo de recrutamento para os movimentos militantes católicos ajudou a localizar as instituições escolares em que estudaram os filósofos, o que, por sua vez, permitiu refletir sobre os investimentos familiares em sua formação cultural e intelectual, embora isso não seja perceptível para os entrevistados quando interrogados sobre essas questões.

Além do mais, centrar a análise no peso do capital familiar investido na educação escolar dos filósofos ajudou também a perceber o tipo de vínculo que eles acabaram por tecer com os religiosos responsáveis pelos movimentos de JEC e JUC. É o que permite compreender, por exemplo, suas diferenças em termos de investimentos na carreira filosófica, inclusive, na criação das associações, na diferenciação de seus objetivos e de suas concepções de Filosofia. Enquanto para alguns dos entrevistados o exercício filosófico permaneceu concebido como uma espécie de militantismo político, para outros, cujo volume de recursos sociais herdados foi maior, o investimento na Filosofia é visto como algo independente de suas práticas políticas; uma espécie de “ruptura” é o que aparece de maneira nítida quando se reportam os entrevistados aos objetivos das duas associações, a SEAF e a ANPOF, e a seu campo de interesse.

O relato de Guido Antônio de Almeida, neto de grande proprietário de fazendas, estudante do Colégio Marconi, onde conheceu os militantes da JEC, e ex- militante da JUC e da AP, elucida essa situação:

A SEAF nasceu com o intuito de abrir um espaço de discussão para a Filosofia no Brasil, consciente das limitações políticas e pensando, sempre, na importância do papel da Filosofia na vida política do país. A primeira coisa que a SEAF fez foi organizar conferências públicas de filósofos banidos. Convidamos o Giannotti para essas conferências, convidamos também Darcy Ribeiro que, embora não fosse filósofo, era um nome importante na cultura brasileira. Era necessário que a SEAF tivesse um perfil político. Mas a SEAF acabou desaparecendo devido a uma discussão interna entre aqueles que queriam uma Filosofia realmente

politicizada, instrumentalizada para a ação política, e aqueles que queriam preservar o espaço para uma Filosofia politicamente isenta. Como a ala mais politicizada prevaleceu dentro da SEAF, houve uma cisão e a maioria das pessoas saiu. Fui um dos últimos a sair devido à minha amizade com o professor Olinto Pegoraro, que era o fundador, mas acabei saindo também.(NOBRE; e REGO, 2000, p. 135)

Ao tratar de suas atuações políticas, os entrevistados referem-se ao militantismo como a incorporação de uma série de saberes em termos práticos (organização de reuniões, elaboração de manifestos, organização de congressos), aprendizados esses que foram, futuramente, reconvertidos em instrumentos para a criação de associações, estruturação de encontros acadêmicos nacionais e reunião de grupos. Ao ser indagado sobre a criação da SEAF, sociedade criada em plena clandestinidade na década de 1970, no colégio Santa Marcelina, graças à influência do então religioso Olinto Pegoraro, criador do programa de pós-graduação de Filosofia da UFRJ, Hugo César da Silva Tavares não hesita em dizer que a organização das pessoas para o encontro de fundação da Associação “foi quase inconsciente [...] nós já tínhamos a experiência dos movimentos (JEC e JUC), então foi inconsciente [...] foi o Olinto (Olinto Pegoraro) que telefonou e nós falamos um com o outro, sem muito alarme”. (Entrevista com Hugo César da Silva Tavares, realizada em 2004, cf. pesquisa de campo).

No entanto, foi o saber teórico, com a discussão das posições ideológicas políticas, que levou parte desses ex-militantes a se valerem do conteúdo filosófico – apreendido com os religiosos, tanto dominicanos quanto jesuítas – para formação dos espaços de debates filosóficos.

PADRE VAZ E A FORMAÇÃO INTELCTUAL NOS MOVIMENTOS POLÍTICOS DE ESQUERDA CATÓLICA

No que tange ao conteúdo mobilizado pelos religiosos – conteúdo que dava fundamentação ao modelo de sociedade que a hierarquia da Igreja, por meio da Ação Católica e seus movimentos especializados (JUC e JEC), impunha aos estudantes - está a obra de Jacques Maritain, defensor de uma ética fundada na natureza humana. Trata-se de uma ética cujo conhecimento apenas se dá por meio do confronto com a realidade, como ressalta José de Anchieta Corrêa, que defendia igualmente a necessidade de se pensar numa nova civilização, vitalmente democrática, inspirada no pensamento cristão de fraternidade. A princípio, a obra de Maritain foi um referencial teórico cristão usado para dar sustentação à evolução política e ideológica da Juventude Universitária Católica, conforme observa Ridenti (2002), ao analisar a teoria utilizada pelos assistentes da JUC de Recife, durante a reunião do Conselho Nacional, realizada em Belo Horizonte, em 1959. Segundo o autor, o conceito apareceu novamente no documento *Diretrizes mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro*, aprovado no Con-

gresso dos dez anos da JUC, em 1960, no Rio de Janeiro. Tais influências teóricas se fizeram também presentes no caso específico da constituição da AP no Paraná, conforme observa Reginaldo Dias (1999, p. 377-381).

Outro referencial importante foi a leitura das obras de Emmanuel Mounier e de Teilhard de Chardin, bem como a participação nos grupos de estudos de economia e de humanismo do dominicano Louis-Joseph Lebret. Esses grupos de estudo, além de provocarem uma cisão no âmbito das visões de cristianização da sociedade,⁵ também funcionaram como verdadeiras fontes de conhecimento filosófico, despertando o interesse pela disciplina. A declaração de José de Anchieta Corrêa ilustra bem de que maneira a leitura desses autores foi transmitida pelos assistentes da JEC e JUC, provocando o interesse pela Filosofia. A Filosofia aparece, nesse contexto, como retórica de recrutamento dos “meninos do poder”, maneira como os jornais da época se referiam aos jovens militantes católicos.

Eu sou de Itapicirica, uma cidade muito católica. Cidade que tem três bispos e vim de uma família ultra católica [...] vim para Minas estudar e conheci os dominicanos. Eu me encantei pela aquela grande virada: saí de uma catolicidade, entre o sexto mandamento e o sétimo a respeito da propriedade e do sexo, e de repente, caí no mundo e caí nos dominicanos, para quem cristão é sal da terra e luz do mundo. Éramos chamados para esta participação na história e política do seu tempo. Em Minas havia um movimento sobre economia e humanismo, havia grupos de leitura sobre Emanuel Mounier, Teilhard de Chardin, etc. Nós freqüentamos toda a literatura francesa de Claudel, Sartre e outros. No último ano do ginásio, da escola pública, nós conhecemos um dominicano chamado Frei Matheus Rocha que fazia um movimento extremamente renovador de presença no mundo. Estes movimentos se davam, sobretudo, nas escolas públicas, pelas chamadas equipes de influência. E cada um de nós tinha uma equipe de influência. Então fui cursar a universidade e escolhi estudar Filosofia porque eram claramente aquelas idéias que estávamos discutindo sobre visão do mundo, valores. O Frei Matheus sempre começava, perguntando quem é o homem? Ele lia trechos das obras de Sartre, também Dostoiévski, vinha tudo. Somente depois ele falava em Jesus Cristo. Na verdade, é um nome ruim, mas, era uma elite que a Igreja estava formando. Sem dúvida. Tanto que, poucos dias depois do golpe, os jornais publicaram em primeira página: “Os meninos do poder”. Eram eu, o Betinho, Raul, Hugo [...] nós todos. (Entrevista com José de Anchieta de Corrêa, realizada em 2004, cf. pesquisa de campo)

Porém, não se tratava apenas de ler os porta-vozes da Igreja em sua batalha contra o comunismo ou o capitalismo, principal adversário na luta pelo espaço político, mas de pensá-los por meio de autores outros. Entre os livros e autores a que boa parte dos entrevistados teve acesso estavam,

⁵ Isso não quer dizer que o trabalho intelectual realizado por Frei Matheus Rocha, bem como aquele realizado por Antônio Muniz de Rezende, como também por Frei Lage, não trouxesse interesse para grande parte dos entrevistados pelos estudos filosóficos. Porém, é ao Pe. Vaz, como assistente intelectual dos movimentos especializados da Igreja, que é atribuída a função de mentor intelectual por praticamente todos os entrevistados.

além dos existencialistas, com destaque para a figura de Sartre, aqueles da tradição filosófica clássica (Platão, Descartes, Kant, Hegel).

Junto aos movimentos especializados da Igreja no Brasil, o Pe. Vaz foi o principal responsável pela transmissão filosófica nesse meio e aparece como uma constante nas entrevistas.⁶ O depoimento do líder da JUC, Herbert Souza, é claro nesse sentido, quando diz: “O padre Vaz foi nosso ideólogo, porque frei Matheus foi o inspirador [...] Frei Matheus Rocha foi fundador da JEC, enquanto o padre Henrique Vaz – leitor de Marx, Engels, Hegel, Heidegger e outros pensadores – seria o redator da parte ideológica, teórica, filosófica do documento fundador da AP.” (SOUZA, 1982).

De fato, a influência de Pe. Vaz foi decisiva para despertar o interesse pela Filosofia em parte dos militantes políticos na época. No entanto, tal influência só pôde se expandir, ou seja, ser transformada em “interesse específico”, porque as sugestões de leituras eram acompanhadas e discutidas com o próprio Pe. Vaz semanalmente e, às vezes, até mesmo duas ou três vezes por semana e não apenas nos encontros mensais ou quinzenais dos movimentos na universidade.

Assim, foi graças também à relação extra-movimento que mantiveram com o jesuíta, que a Filosofia se tornou, para muitos desses ex-militantes, uma espécie de prolongamento da militância.

Hugo César da Silva Tavares, falando do seu interesse pela Filosofia, faz referência à figura do Pe. Vaz. Ele aponta, sobretudo, a oportunidade que teve de atualizar a lista bibliográfica indicada pelo padre por meio de inúmeras discussões com o próprio religioso durante suas visitas frequentes à casa provincial dos jesuítas, em Belo Horizonte. Seu interesse pela Filosofia nasceu no secundário, durante o curso científico, no Colégio Marconi, onde conheceu Frei Matheus e Pe. Vaz. Este último, contudo, foi essencial para a sua leitura de autores de textos filosóficos e para a escolha do curso de Filosofia.

[...] uma pessoa que influenciou muita gente foi o famoso Pe. Vaz, fundamental para minha escolha (dos estudos filosóficos) e a do Walter (José Walter Evangelista, professor de Filosofia da UFMG). Foi dentro da militância dos movimentos católicos. Ele foi fundamental. E como ele era mineiro, tínhamos muito contato aqui, embora ele morasse em Nova Friburgo. Na época, eu e Walter queríamos fazer Engenharia e eu Direito. Fomos conversar com ele (Pe. Vaz), e ele nos deu uma bibliografia. Começamos a ler e decidimos estudar Filosofia. (Entrevista com Hugo César da Silva Tavares, realizada em 2004, cf. pesquisa de campo)

Em recente entrevista, Paulo Arantes, filósofo aposentado da USP, comenta que a grande novidade do Pe. Vaz era sua filosofia da história, pois

⁶ Fundado em 1934, sob o papado de Pio XI e dirigido pela Companhia de Jesus, o Pontifício Colégio Pio Brasileiro funciona até hoje como moradia dos clérigos brasileiros em passagem por Roma, com o objetivo de completar sua formação religiosa. Maiores informações consultar Zionni (2000).

“[...] à filosofia da imanência de Marx era atribuída a noção de transcendência com as suas implicações [...] como era o caso da introdução da noção de pessoa do intelectual católico Emmanuel Mounier” (ARANTES, 2005, p. 10). A discussão dessa “filosofia da história”, no dizer do filósofo uspiano, era regada de outras leituras filosóficas, que se tornaram decisivas para seu abandono do curso de física na USP e para a consolidação do seu interesse pela Filosofia na mesma universidade. Entre os livros que lhe foram emprestados estavam os manuscritos econômicos de Marx, na edição francesa, além de livros de lógica matemática, fato que causou espanto a Arantes, por perceber “a vastidão do campo de interesse do Pe. Vaz”.

Eu fui para a direção nacional da JUC em 1963 e foi nesse momento que conheci pessoalmente o Pe. Vaz, que já era uma espécie de lenda nesse meio em que eu passei a viver. Na época, eu fazia física porque queria fazer Filosofia da Ciência, Epistemologia, na USP mesmo. Eu resolvi, portanto, me aconselhar com o Vaz, e fiz várias vezes a viagem a Nova Friburgo, onde ele dava aula, enquanto que eu morava no Rio de Janeiro (capital), que era a sede da Ação Católica. Ele me tratava como um aluno [...] Depois que lhe disse que tinha interesse pela Filosofia, ele tirou de sua biblioteca pessoal três livros [...] As Idéias I, do Husserl; os Manuscritos Econômico-Filosóficos do jovem Marx, de 1944, era uma edição francesa, a Edition Sociale [...] ele me disse: Leia isso; é muito importante [...] e por fim, um livro de lógica matemática; o que eu não imaginava era que ele também acompanhasse isso, mas o homem acompanhava! (ARANTES, 2005, p.10)

O tom erudito, intelectualizado e filosófico dado por Padre Vaz à orientação de boa parte dos entrevistados marca todas as entrevistas. Apontado pela alta hierarquia da Igreja para o cargo de assistente intelectual da JUC, Pe. Vaz, ao recrutar seus militantes, mobilizava não apenas seu conhecimento teórico, adquirido durante os anos de estudos na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, onde defendeu uma tese sobre Platão, mas, sobretudo, utilizava a experiência de “diretor de estudos” no Pontifício Colégio Pio Brasileiro em Roma (PCPB).⁷ Foi nesse Colégio, no início da década de 50, que coube a ele a tarefa de orientar os alunos na escolha dos cursos, auxiliando-os no aprofundamento das disciplinas e na preparação dos exames. Ao que tudo indica, a dedicação total do Pe. Vaz a essa missão foi essencial para que ele pudesse assumir, no seu retorno ao Brasil, uma posição de *maître à penser* junto aos seminaristas da Companhia de Jesus e na PUC-RIO, bem como de assistente intelectual da JUC.

⁷ A indicação do Pe. Vaz para o cargo de assistente de formação intelectual, nos anos 50, não parece ter sido um mero acaso. Tudo indica, como se pode perceber por meio dos depoimentos de seus conterrâneos, que o interesse da hierarquia católica brasileira na atuação do Pe. Vaz parece ter sido despertado quando ainda estava na Itália, realizando sua tese sobre Platão, na Pontifícia Universidade Gregoriana. O retorno de Pe. Vaz ao Brasil era ansiosamente esperado ao ponto de se cogitar seu nome para substituir o Pe. Leonel Franca- jesuíta, reitor da primeira universidade católica do Brasil, a PUC-RIO, que participou, durante toda a década de 20, da conversão de intelectuais e políticos ao catolicismo no Centro Dom Vital, fundado em 1922, ano de criação do Partido Comunista Brasileiro. (PAULA, 1999).

Sendo assim, a atitude adotada por Pe. Vaz junto aos militantes católicos nada se diferenciava, como se pode ver no relato de alguns dos entrevistados, daquela que desempenhou enquanto orientador intelectual no colégio PCPB, em Roma. A sua bagagem filosófica, adquirida desde a mais tenra idade e reforçada nos centros de excelência europeus, foi potencializada no contexto universitário, onde atuou enquanto professor de Filosofia e militante católico.⁸

O depoimento de Sebastião Trogo mostra bem o tipo de atitude que Pe. Vaz assumia ao se deparar com as dificuldades de seus discípulos. De acordo com esse depoimento, o introdutor dos filósofos do *renouveau* católico em Minas Gerais e dos estudos sobre Hegel ajudou-o a desenvolver certa metodologia de estudos no que se refere às questões filosóficas.

Eu conheci o Padre Vaz aqui em Belo Horizonte, no movimento da AP. Ele veio refugiado. Os jesuítas o mandaram prá cá e aqui ele fazia reuniões com os jovens e essa coisa toda [...] Aqui ele introduziu Teilhard de Chardin para gente, o primeiro entusiasta do Teilhard de Chardin, que depois foi aceito pelo Arthur Versiani Velloso (professor do Colégio Marconi e um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais). Foi ele (Versiani Velloso) que contratou o Pe. Vaz, como diretor da Fafich, ele colocou de um dia para outro Pe.Vaz. Ele não fez concurso. Ele conhecia o valor do Pe. Vaz. Então, de 65 até 95, ele ensinou na UFMG. Quem introduziu aqui Hegel e Kant, foi maciçamente Pe.Vaz. A Filosofia clássica ele deu Platão, Aristóteles [...] ele ocupou aqui um espaço através da revista Síntese, colaborou na revista de editoriais durante vinte anos, com artigo de fundo [...] eu publiquei também nesta revista. Eu fiz mestrado na UFMG antes de ir prá Louvain, o Anchieta (José de Anchieta Corrêa) foi meu orientador no mestrado e o Pe. Vaz foi assim meu orientador intelectual, a gente se correspondia na Bélgica, aquela pessoa que sempre estava dando aquela palavra, dando orientação, dando saídas quando empacava em alguma questão teórica [...] aquela visão globalizante. Ele é uma das maiores visões aqui no Brasil. (Entrevista com Sebastião Trogo, enviado para a Universidade Católica de Louvain, em 1970, por seu orientador, José de Anchieta Corrêa, ex-militante da JEC, JUC e AP, que cursou Filosofia na mesma universidade anos antes, cf. pesquisa de campo)

A mesma atitude do Pe. Vaz diante das dificuldades de Trogo pode ser observada em relação a Raul Landim Filho, um dos criadores da ANPOF, da Associação Nacional de Estudos do Século XVII, da *Revista Analytica* e do recém criado Programa de Pós-graduação em Lógica e Ontologia na UFRJ (2005). A orientação zelosa e constante de Pe. Vaz lhe alcançou-o quando ainda era adolescente, cursando o ginásio do Colégio Anchieta do Rio de Janeiro, famoso como local dirigido pelos jesuítas para a educação das elites. Nesse colégio, teve acesso aos artigos do Pe. Vaz, como, por

⁸ Segundo Paulo Eduardo Arantes, diretor nacional da JUC em 1963, esse texto passou a ser considerado uma espécie de documento, de texto-base, para a militância católica de esquerda que se considerava socialista naquele momento. (ARANTES, 2005, p. 9)

exemplo, “Cristianismo e consciência histórica”,⁹ publicado na revista *Síntese*, periódico da Companhia de Jesus. Posteriormente, conheceu o clérigo pessoalmente durante seus estudos em Filosofia na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora de Medianeira, em São Paulo.

Ao se referir às conversas com o Pe. Vaz, considerou-as fundamentais para o estabelecimento de “uma leitura sistemática da obra de Marx, de Santo Tomás e de alguns clássicos da Filosofia”, além da leitura do livro do neotomista e jesuíta belga Joseph Maréchal, intitulado *Le point de départ de la métaphysique* (1964), fio condutor de seus estudos filosóficos. Ele não se priva, ainda, de mencionar a forma de sua participação na JUC e na AP, movimento político de esquerda de inspiração cristã.

Eu participei da elaboração do longo manifesto, conhecido como manifesto da PUC-RJ, quando Aldo Arantes (jucista) era o Presidente do Diretório Central dos Estudantes. Mostrei esse manifesto ao padre Vaz, que sugeriu algumas modificações imediatamente incorporadas ao texto [...] Como as idéias do manifesto exprimiam concepções não estritamente tomistas do homem, da história e da sociedade, o que não era tomista nem conservador, só poderia ser marxista, segundo o raciocínio simplista. Esse manifesto esteve na origem da fundação da AP e serviu de base para um manifesto posterior que marca propriamente a fundação da AP [...]. (NOBRE; REGO, 2000, p.255).

A militância de Raul Landim Filho não se resumiu apenas à redação desse documento que, segundo Paulo Arantes, diretor nacional da JUC, era um texto de fundamentação da educação de base redigido em alta linguagem filosófica (ARANTES, 2005, p. 10). A militância estendeu-se também a consultas semanais, “uma espécie de consultoria filosófica e ideológica” que Raul Landim, a conselho de Pe. Vaz, fazia ao pessoal que estava envolvido com o Movimento de Educação de Base¹⁰.

Paulo Arantes, ao lembrar dos encontros com Pe. Vaz em Nova Friburgo, refere-se a Raul Landim como o “discípulo-filósofo, profissional, dileto de Padre Vaz”:

Ele (Pe. Vaz) me fez freqüentar um discípulo dele, esse sim um discípulo filósofo [...] que eu conheci no Rio de Janeiro e que estava mergulhado na Suma teológica, a conselho do Vaz. Foi curioso, porque naquele momento, ele estava fichando a Suma teológica [...] Imaginem [...] fichar a Suma teológica. (ARANTES, 2005, p. 10)

⁹ Movimento ligado à alta hierarquia católica (CNBB) e ao Ministério da Educação durante o governo João Goulart e que procurava politizar especialmente a população do campo. Ao se reportar ao livro de Luiz Wanderley, sobre o MEB, Marcelo Ridenti afirma que tal movimento atingiu quatorze estados e um território em 1964, num sistema que envolvia aulas radiofônicas. Entre 1961 e 1965, 380 mil alunos concluíram os estudos no MEB, que mobilizou milhares de professores, supervisores e monitores voluntários, conforme dados fornecidos por Luiz Wanderley (1984).

¹⁰ Em 1960, como resultado dos preparativos do Concílio Vaticano II, a Igreja lançou um programa de apoio, sem paralelo na história, para qualificar o clero e, em menor medida, o laicato da América Latina, nas universidades

Aliando militância política intelectual a uma formação filosófica extremamente rígida e disciplinada – mesmo que nos moldes escolásticos –, Raul Landim Filho reutilizou esse saber no exercício de sua prática filosófica, tanto na criação do espaço de debates filosóficos, revistas e associações, mas também para a própria definição da Filosofia. Seu depoimento em homenagem a Pe. Vaz, publicado na *Analytica*, primeira revista de Filosofia de circulação nacional que coordenou com Guido Antônio de Almeida, é revelador da distância que tomou em relação às posições filosóficas de seu mestre. Pois, ao resumir a obra de Pe. Vaz a partir das questões “Pode um filósofo ser um filósofo cristão?” e “Tem sentido o conceito de Filosofia cristã?”, Raul Landim Filho enfatiza a autonomia do conhecimento filosófico face ao teológico, relação que sempre foi tratada por Pe. Vaz como complementar (LANDIM FILHO, 2002, p. 9-17).

a) Capital social, militância política e circulação internacional

Continuar investindo na Filosofia dependeu, no entanto, da oportunidade de estudos no exterior, porque, como ressaltam os próprios entrevistados, a circulação em centros europeus favoreceu, além de uma formação “sólida em Filosofia”, novas formas de filosofar.

Para tanto, a rede de relações estabelecidas durante a militância política se configura como crucial para a circulação por centros internacionais na Europa, em particular, pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica.

A narrativa de José de Anchieta Corrêa, ex-presidente da SEAF, é esclarecedora nesse sentido, pois sua ida para a Universidade Católica de Louvain contou com o forte apoio da rede de relações que estabeleceu durante sua militância política nas décadas de 50 e 60.

Filho de pai farmacêutico, José de Anchieta Corrêa entrou nos movimentos católicos de esquerda quando fazia seus estudos secundários no Colégio Estadual de Belo Horizonte, fortemente influenciado por Frei Matheus Rocha. Após o desmantelamento da JUC e da AP, tendo participado da fundação desta última, ele foi condenado e ficou preso durante quase um ano até conseguir se exilar na Bélgica e estudar na Universidade Católica de Louvain (UCL), em 1966. Contou, para tanto, com a ajuda de uma bolsa de estudos da própria instituição da UCL, cedida graças aos religiosos envolvidos no trabalho de militância política.

Eu tinha sido preso e condenado por dez anos. Cinco anos por ter fundado a AP e cinco por corrupção à juventude. Fiquei preso com presos comuns quase um ano. Depois consegui um habeas corpus. Minha sogra tinha relação com políti-

européias. O programa foi lançado primeiramente em Roma, depois na Bélgica (Universidade Católica de Louvain) e na França (Institut Catholique de Paris e Centre d’Economie et Humanisme, fundado pelo Pe. Lebret). Dois anos depois, o Colégio Pró-América Latina de Louvain passou a oferecer um curso de treinamento para candidatos leigos e religiosos interessados nas pastorais a serem criadas em países do cone sul. O curso compreendia o ensino de português e espanhol, além de disciplinas sobre cultura, economia e pastoral. Ver Beozzo (1996, p. 17- 36).

cos. Fui para o Rio tentar me exilar [...] fui com uma carta para entregar ao Alceu Amoroso Lima. Ao mesmo tempo, eu já tinha escrito para Louvain. Informei tudo o que podia para provar que realmente eu precisava da bolsa [...] eu já estava desesperado quando finalmente saiu a bolsa prá Louvain. Eu fui com minha mulher e meus dois filhos. (Entrevista com José de Anchieta Corrêa, realizada em 2004, cf. pesquisa de campo)

A passagem pela Université Catholique de Louvain (UCL) esteve atrelada à formação do episcopado latino-americano, bem como de seu laicito, como observa Beozzo, em seus estudos sobre a Igreja no Brasil (1996), e Antônio Muniz de Rezende, dominicano e assistente intelectual da JUC junto a Padre Vaz. Segundo o autor, parte desse interesse esteve relacionada à preocupação da Igreja com a propagação dos ideais da Revolução Cubana.¹¹ Entre as instâncias que estavam ligadas a essa rede citam-se: a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), criada em 1952, o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), em 1958, e os movimentos católicos da Juventude (JEC e JUC), criados no final da década de 30 no Brasil.

Servindo de abrigo político para ex-militantes de esquerda católica, dando-lhes oportunidade de realizar estudos de pós-graduação em Filosofia e em outras áreas das ciências humanas, a Universidade Católica de Louvain sempre contou com a ajuda privada e pública para a manutenção de bolsas de estudos. A ajuda concedida pela UCL, sobretudo a partir de 1962 aos filósofos ex-militantes, foi iniciativa de um casal de militantes católicos, Senhor e Senhora Morren-Speth, fundadores, em 1947, do Mouvement International des Intellectuels Catholiques (MIIC), e contou praticamente com toda a fortuna pessoal do casal. O que chama atenção, no entanto, é o tipo de exigência demandada para a concessão de bolsas, conforme afirma Guy Bajoit, secretário do serviço de estudantes estrangeiros da Universidade. Segundo o secretário, a descrição do itinerário dos candidatos era indispensável para a obtenção da bolsa: “Les étudiants devaient prouver qu’ils étaient des bons catholiques, qu’ils avaient fait de bonnes choses en tant que catholiques” (entrevista com Guy Bajoit, realizada em 2005, cf. pesquisa de

¹¹ No que concerne ao aumento de estudantes do Brasil em Louvain, foi possível localizar, por meio de uma lista concedida pela secretaria geral da universidade, 455 estudantes brasileiros para o período de 1960 a 1980. Esses dados, no entanto, não permitem elaborar uma evolução da quantidade de estudantes em todos os anos letivos. Por isso, trabalhou-se com dados dispersos encontrados graças a uma pesquisa nos arquivos e anuários da universidade Católica de Louvain. A partir das informações disponíveis, observa-se que, no ano letivo de 1958-59, apenas cinco estudantes brasileiros estavam na UCL, dentre eles, três religiosos. No ano letivo seguinte, 1959-1960, esse número passa para oito, entre os quais cinco religiosos. No ano letivo 1962-63, observou-se um aumento considerável: vinte e dois estudantes e, no ano seguinte, vinte e cinco (apenas três religiosos). A consulta aos arquivos da universidade, em particular aos dados fornecidos nos anuários da CIEE, associação que promovia prestação de serviços aos estudantes (moradia, seguro saúde, restaurante universitário), além de atividades culturais (bailes, cinemas, seminários e conferências), aponta os anos letivos de 1967-68 e 1969-70 como os mais significativos, porque dos 455 estudantes brasileiros, pelo menos 230 chegaram à Universidade nesse período, considerada a época de maior repressão política no Brasil.

campo). Guy Bajoit ressalta, ainda, o fato de o Brasil, em 1967, ser considerado país prioritário no recebimento de bolsas de estudos.¹²

Antônio Muniz de Rezende, um dos criadores do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Educação na Unicamp, realizou seus estudos na Universidade de Louvain, graças a esse tipo de bolsa:

Nós estávamos em efervescência em Belo Horizonte e eu acabei sendo indiciado e tive que viajar. Bom, José de Anchieta estava em Louvain. Eu escrevi a ele porque sabia que Louvain nesse momento estava muito receptiva, muito acolhedora para os brasileiros que tinham dificuldades de ordem política aqui no Brasil. Na verdade, havia um acordo entre as instâncias eclesiais. Então, eu, por exemplo, de início obtive uma bolsa pela CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil). Viajei para Louvain com o apoio dessa instituição religiosa. Lá, obtive uma bolsa da própria universidade. Essa bolsa eu consegui com Mme Morren. Ela fornecia bolsas de estudos. Era um casal muito rico e que nunca teve filhos. Eles eram envolvidos com as atividades sociais da Universidade. Então eles davam bolsas para estudantes estrangeiros. (entrevista com Antônio Muniz de Rezende, realizada em 2003, cf. pesquisa de campo)

O depoimento de Guido Antônio de Almeida, professor de Filosofia da UFRJ e mentor da ANPOF, mostra também que ele chegou ao cargo de pesquisador-visitante dos Arquivos Husserl, localizado na Universidade Catholique de Louvain, mobilizando sua rede de militância política. Ele chegou a essa Universidade com carta de Dom Paulo Evaristo Arns (franciscano) a Van Breda, também franciscano e responsável pelos Arquivos.

Em 69 eu fui cassado [...] Costa e Silva cassou todo mundo. Eu terminei meu doutorado (na Alemanha) e não tinha onde trabalhar [...] Louvain era um dos centros de fenomenologia [...] eu tinha feito uma tese e publiquei um artigo sobre fenomenologia de Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty, a tese foi bem aceita e como eu tinha problema, ele (Dom Paulo Evaristo Arns) me apresentou ao Van Breda (diretor dos Arquivos Husserl) [...] ele (Dom Paulo Evaristo Arns) tinha sido colega de Van Breda em Paris. (entrevista com Guido Antônio de Almeida, realizada em 2004, cf. pesquisa de campo)

Todavia, o uso em menor ou maior grau dos recursos apreendidos tanto no movimento político quanto fora dele, mas proporcionado graças às relações de solidariedade nele constituídas, dependeu, por outro lado, de toda a conjuntura política da época. Assim, pode-se afirmar que o êxito da utilização das propriedades sociais adquiridas ao longo de suas trajetórias sociais e escolares dependeu da adequação à conjuntura política das décadas de 70 e 80. Nesse sentido, a criação da SEAF, em 1975, com o propó-

¹² As primeiras turmas de professores universitários formados somente vieram a se constituir como um grupo pensante e demandante de uma formação específica em Filosofia na década de cinquenta. Para maiores informações consultar Nobre (1999, p.145-147).

sito de acolher todos os interessados em Filosofia e de fazer resistência ao silêncio imposto pela ditadura militar, só foi possível graças ao uso do capital de relação social de seu fundador, Olinto Pegoraro - na época, religioso da Ordem de São Camilo e ex-militante católico da JUC e da AP - e ao afastamento de boa parte dos professores de Filosofia das universidades pelo AI-5, como, por exemplo, da USP, pioneiros no movimento de autonomização da Filosofia, desde a década de 50.¹³

Com a abertura política dos anos 80 e o financiamento da pesquisa, derivado da reforma universitária, e a conseqüente criação dos cursos de pós-graduação, a questão do que deveria ser a Filosofia no Brasil foi motivo de luta pela competência de transformar a disciplina, o que causou o desmantelamento da SEAF. A partir daí, deram-se os trâmites para a criação da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF), em 1983, bem como dos programas de doutorado, de seminários e revistas destinadas a um público específico, como a revista *Analytica*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização dos recursos da militância política para a formação dos espaços de debates filosóficos não se deu de forma simples e automática. Como visto, ela ocorreu sempre balizada por um conjunto de recursos e vínculos sociais, como o capital cultural familiar, os estudos com religiosos e as redes de relações sociais estabelecidas na instituição escolar e nos movimentos. Assim, os depoimentos apresentados no decorrer deste trabalho foram considerados como indicativos de disposições, recursos e competências adquiridas pelos agentes em suas trajetórias sociais e escolares (BOURDIEU, 1979), fundamentais para a passagem da militância política à Filosofia. Assim, a constituição da Filosofia no Brasil foi uma ação conjunta daqueles que, em função da gestão da cultura familiar, tiveram oportunidade de estudar, no Brasil, sob a influência de jesuítas e dominicanos. Ademais, a oportunidade de circulação por instituições de ensino no exterior, permitiu, por exemplo, conhecer outros padrões de filosofar, como é o caso do contato com a fenomenologia e dos estudos de lógica e Filosofia da ciência, notadamente em Louvain. A passagem por essas instituições no exterior, bem como pela militância política, junto aos religiosos dominicanos e jesuítas, resultou, como se pôde observar, numa série de transformações para a própria disciplina, como, por exemplo, as inúmeras discussões em torno da idéia de criação de associações especializadas e inteiramente desvinculadas da hierarquia eclesiástica ou de núcleos de poder político, embates que proporcionaram a construção dos paradigmas do que deveria ser a Filosofia no Brasil.

Este artigo, resultado da tese de doutorado, constitui apenas uma via de reflexão a respeito da lógica de reconversão das propriedades sociais adquiridas no campo da militância política, nas décadas de cinquenta e sessenta. O que se verifica, por meio deste estudo, é que o saber acumulado em manifestações e demais ações coletivas, como nos núcleos de estudos da JEC e JUC, não se constituiu um capital específico para a construção do espaço filosófico brasileiro, mas representa um entre outros recursos sociais importantes, tais como a rede de relações sociais e o saber filosófico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, P. E. *O Fio da Meada*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Um departamento Francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.
- BAJOIT, Guy. Les bourses de la coopération au développement. In: *Portrait d'un couple: Hélène et Lucien Morren-Speth*. Bélgica: Universidade Católica de Louvain, 2002.
- BEOZZO, Oscar. *A igreja no Brasil, de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, nº 1, p.7-26, 1971.
- _____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: MICELI, Sergio (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *L'ontologie politique de Martin Heidegger*. Paris: Minuit, 1988.
- DIAS, R. B. Sob o signo da revolução: a experiência da Ação Popular no Paraná. *Diálogos*, Maringá (PR), v. 3, p. 377-381, 1999.
- LANDIM FILHO, Raul Ferreira. Notas sobre o conceito de pesquisa em Filosofia. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, p. 129, nº 5, Publicação CLE/UNICAMP, 1983.
- _____. Pe. Henrique Vaz, um Filósofo Cristão. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-17, 2002.
- MARECHAL, Joseph. *Le point de départ de la métaphysique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1964.
- MUSSE, Ricardo. Da militância política à Filosofia um panorama da Filosofia brasileira. *Jornal de Resenha, Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2001.
- NOBRE, M.; REGO, J. M. *Conversas com Filósofos Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. A Filosofia da USP sob a ditadura militar. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, p. 137-150, 1999.
- PAULA, Antonio de. Padre Vaz. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 146, jan-fev 1999.
- PELLETIER, Denis. Sociabilité catholique et générations intellectuelles: l'exemple du mouvement économie et humanisme in Vingtième siècle. *Revue d'histoire*, nº 9, janvier – mars 1986, p. 75-83.
- _____. *Économie et humanisme – de l'utopie communautaire au combat pour le tiers monde (1941-1966)*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1996.

- PINTO, Louis. Politiques de Philosophes (1960-1976). *La pensée*, 197, fév. 1978, p. 53-71.
- _____. Les philosophes entre le lycée et l'avant-garde. Paris: L'Harmattan, 1987.
- _____. *Les Neveux de Zarathoustra. La réception de Nietzsche en France*. Paris: Seuil, 1995.
- RIDENTI, M. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: UNESP, 1993.
- _____. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO AARÃO, Daniel; RIDENTI, Marcelo (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 213-282.
- SOUZA, Hebert. *Cristianismo e História*, São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- WANDERLEY, L. *Educar para transformar: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ZIONNI, V. Pontifício Colégio Pio Brasileiro. Documentação escrita e publicada sobre o pontifício Colégio Pio Brasileiro de Roma – 1928-1937. Arquivo do Pontifício Colégio Pio Brasileiro, Roma, 2000. Consulta: 2005.